



EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: INTERFACE ENTRE TECNOLOGIAS E A PRÁTICA DOCENTE DIANTE DA FORMAÇÃO SOCIAL DO EDUCANDO¹

EDUCATION AND TECHNOLOGY: INTERFACE BETWEEN TECHNOLOGIES AND TEACHING PRACTICE BEFORE THE SOCIAL FORMATION OF THE STUDENT

1

CORRÊA, Polyana Ribeiro de Assis

*Estudante de Mestrado do Programa Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade
polyassis@yahoo.com.br*

RODRIGUES, Rogério

*Professor Doutor do Programa de Mestrado Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade
rrunifei@hotmail.com*

RESUMO

Pretende-se, neste trabalho, apresentar como as tecnologias estão inseridas no ambiente escolar de forma a se constituírem como ferramenta para a prática docente no processo de formação social do educando. Utiliza-se da pesquisa participante, numa escola pública municipal no interior do estado de SP, a partir de experiências de leitura dos alunos. Entende-se que os recursos tecnológicos não são o determinante para uma educação de qualidade, mas, ao mesmo tempo, constituem-se como elemento importante para o processo de ensino-aprendizagem. Assim, as ações educacionais devem desempenhar a função de garantir uma sociedade mais igualitária, por meio de propostas que centralizem o humano e sua formação social, pois se acredita na educação como ferramenta de mediação para transformações sociais.

Palavras-chave: Educação. Tecnologias. Leitura.

ABSTRACT

It is intended, in this work, to present how technologies are inserted in the school environment so as to be a tool for teaching practice in the social education process of the student. It is used participatory research, in a public school in the state of São Paulo, from reading experiences of the students. It is understood that technological resources are not the determining factor for a quality education but, at the same time, they constitute themselves as an important element to the process of teaching-learning. Thus, educational actions should play the role of ensuring a more egalitarian society by proposed that centralize humans and their social formation, as it is believed education is a mediation tool for social change.

Keywords: Education. Technologies. Reading.

¹ Nota: Pesquisa apresentada com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.



1. INTRODUÇÃO

Diante da realidade da sociedade contemporânea e da instituição escolar, é evidente que as tecnologias vêm ocupando espaço cada vez maior, se não funcional, pelo menos físico. Verificamos uma grande valorização dos recursos tecnológicos na sociedade atual e também o espaço, cada vez mais significativo, que essas tecnologias vêm ocupando na escola.

No entanto, o foco do projeto não é questionar essa presença das tecnologias, porém, é elucidar que as tecnologias podem se constituir em instrumentos na prática pedagógica, mas a qualidade no ensino e nas aulas não é caracterizada somente pelo uso da máquina, mas pela atuação do professor e do aluno numa relação de troca, reflexão e construção.

O presente trabalho parte de uma observação participante numa unidade escolar pública municipal do interior do estado de São Paulo com o objetivo de verificar se os recursos tecnológicos ali disponíveis têm a função de ferramentas para a prática docente.

A nossa pesquisa justifica-se mediante a necessidade de se lançar um olhar reflexivo sobre a educação contemporânea e entender como o espaço escolar pode colaborar para o desenvolvimento da sociedade, numa perspectiva da escola como instrumento de formação social de sujeitos, mediante as ações educativas propostas.

Percebemos que as tecnologias, hoje, na função de ferramentas para a prática docente, podem constituir um item importante nas unidades escolares como um meio facilitador de situações didáticas e pedagógicas, mas compreendemos que uma qualidade de ensino não está alicerçada em recursos tecnológicos, mas no posicionamento que alunos e professores assumem frente ao processo educativo, a fim de que a escola seja um espaço de construção do conhecimento e de formação social em que se proporciona a emancipação, como sugere Adorno (1995), pois o ensino não precisa ser inovador no sentido restrito dos recursos técnicos, mas de ações políticas, de ações pedagógicas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Entendemos a educação como um processo de construção social que, por ser um fenômeno social, ocorre de diversas maneiras, em diferentes lugares, envolvendo sujeitos



distintos ao decorrer da história. O fenômeno educativo não pertence apenas à escola, não está confinado entre quatro paredes de uma sala de aula, mas a educação abrange a sociedade, o mundo, os instrumentos postos no meio.

Por isso, as ações educativas devem envolver o aluno com o mundo que o cerca, com os acontecimentos que compõem a história da sociedade, para que assim o aluno sinta-se parte desse quadro social, uma vez que são as articulações entre as instituições de ensino que transformam o indivíduo num ser social, num sujeito, pois

a educação, a religião, a família, a política e o trabalho são inserções importantes, por meio das quais o indivíduo situa-se na sociedade, bem como no grupo social e na classe social. Há todo um conjunto de articulações, entre essas e outras esferas, que transformam o indivíduo em ser social, em modo de ser, sentir, pensar, agir, compreender, explicar, imaginar (IANNI, 2002, p. 32).

Pensando na globalização e no acesso às informações, pode surgir o questionamento: Qual a importância da escola já que o sujeito pode educar-se de diversas maneiras? A relevância da escola justifica-se mediante sua função de levar o aluno ao conhecimento sistematizado, de forma que ele construa seu aprendizado e possa atuar na sociedade. A escola fornecerá instrumentos para que o aluno tenha contato com a ciência e transforme as informações disponíveis em conhecimento elaborado.

Quando falamos em escola, em educação, na escola como espaço para que o sujeito tenha acesso ao conhecimento e constitua-se como cidadão, devemos retornar a um ponto crucial: “Quem tem direito a ter educação?”. Sabemos que a legislação assegura a educação como um

direito de todos e dever do Estado e da família, [e que] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Constituição Federativa do Brasil, Art. 205).

Vemos que o objetivo a priori da educação, de acordo com o que assegura a Constituição, deve ser a formação humana do sujeito, ou seja, uma educação que privilegie a construção de conhecimentos, mas que também se preocupe com a formação de valores, de habilidades, com a formação do sujeito como um todo.



Ainda mais, o direito à educação é assegurado para todos, mas não a qualquer educação, mas sim a uma educação de qualidade, como vemos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; [...]; IX- garantia do padrão de qualidade (BRASIL, LDB 9.394, Art. 3).

Entretanto, a ideia de formação humanística e de qualidade na escola, nos dias atuais, ainda possui um ponto divergente: o espaço escolar ser visto como espaço de utilidade econômica, ideia ligada ao pensamento de que “educação tem valor porque dela depende o desenvolvimento econômico” (GENTILI, 2002, p. 56). Mas a qual desenvolvimento refere-se? Os investimentos em educação justificam-se por seu caráter desenvolvimentista, resumem-se no paradigma de que mais educação resulta maior crescimento econômico, que produz mais empregos e possibilita que a sociedade tenha maior capacidade competitiva.

Vemos que o desenvolvimento econômico brasileiro foi na contramão do social, logo, no campo educacional houve muita influência dessa concepção de desenvolvimento e a escola passa a ser vista como um negócio e não como um espaço de possibilidades. A Constituição Federal e também a LDB, como citado anteriormente, asseguram a educação de qualidade, colocam a educação a todos como direito constitucional, mas, diante de tantas evidências da nossa atualidade, percebemos que a educação no Brasil não é igualitária, mas privilégio de algumas regiões, daqueles que obtêm bons resultados nas avaliações externas ou daqueles que podem pagar por ela. Dessa forma, a educação ao invés de proporcionar o desenvolvimento do sujeito, oprime-o e nega-lhe o direito de voz e reflexão.

Acreditamos que seja necessária a existência de uma educação humanística, a qual fuja da ideologia mercadológica e que suscite o senso crítico, porque esse deve ser o foco da educação básica, uma formação que permita ao sujeito constituir-se cidadão e não consumidor. Assim, vemos a grande relevância da escola em ser um meio de inserção do indivíduo à sociedade, pois é nesse espaço em que se sistematiza a cultura, a história e a política com os alunos de forma a construir criticidade e reflexão. A escola é uma instituição decisiva na transformação do indivíduo para ser social, por democratizar cultura, história, política, etc.

Então, podemos dizer que frente às questões que envolvem igualdade e inclusão é que se encontra a grande potencialidade da escola pública que, na grande maioria das unidades de



ensino, tem como preocupação prioritária não a aprovação em vestibulares, mas a assimilação de conhecimentos sistematizados. A potencialidade da escola para a concepção de uma sociedade que vá além dos interesses econômicos consiste nas ações que centralizem a formação humanística dos educandos, e a constituição de um espaço em que o interesse de todos, num contexto em que todos possuam os mesmos direitos e deveres, num sentido intrínseco de igualdade, como salienta Saviani (1999).

O sujeito, como ser social, deve encontrar na escola meios para constituir-se cidadão capaz de modificar sua realidade, de levar a transformações sociais, por isso Libâneo (1994) acredita que a educação básica é indispensável para uma sociedade democrática, pois há igualdade no processo de construção de conhecimentos e habilidades.

E nessa relação de formação e construção, a prática docente é o elemento central por se entender que o trabalho docente é uma atividade social, pois contribui para a formação cultural e científica dos sujeitos – elemento fundamental para a democratização – e será o professor o mediador entre o aluno e a sociedade, o mundo, e deve incitar nos alunos o desenvolvimento dos conhecimentos, das habilidades e dos valores.

2.2 AS TECNOLOGIAS NA SOCIEDADE

Ao se falar em tecnologias, é imprescindível que façamos um retrato histórico e social de sua concepção e entendamos o que é técnica, para que possamos ir além de uma visão capitalista de técnica, além de uma concepção em que tecnologia é entendida apenas como produto.

O homem, ao longo do tempo, sempre criou técnicas para fazer a natureza adaptar-se a ele e para transformá-la, seja pensando na subida numa árvore para pegar uma fruta para matar sua sede ou sua fome, seja na produção do fogo para se aquecer e preparar alimentos. Essas ações inventadas e executadas ultrapassaram o simples atendimento as suas necessidades físicas e biológicas porque para o homem o supérfluo é necessidade.

Esses atos de criação acarretaram transformações para a natureza e para o próprio homem, atos estes técnicos e específicos que constituem a técnica, definida como “a reforma que o homem impõe à natureza em vista da satisfação de suas necessidades” (GASSET, 1991, p. 12).



Assim, dependendo do período, essas técnicas foram apresentando características diferentes e recebendo suporte científico que contribuiu para a evolução cada vez mais acelerada das técnicas e dos objetos produzidos a partir delas, como aponta Gasset (1991), até chegarmos à fusão contemporânea da ciência e da técnica que é o que chamamos de tecnologia.

Antes de continuarmos a falar sobre o papel das tecnologias na sociedade contemporânea, acreditamos ser necessária uma contextualização acerca da concepção inicial da técnica, das fases da técnica, pois a ideia atual de tecnologia tem suas raízes, sua concepção central, na ideia de técnica, sendo que a tecnologia nada mais é que uma manifestação moderna do homem com o suporte da ciência para criar objetos, máquinas, meios, etc.

De acordo com a relação entre o homem, a natureza e suas respectivas técnicas, Gasset (1991) propõe três estágios da técnica: a técnica do acaso; técnica do artesanato; técnica do técnico, cada uma com suas peculiaridades, marcando diferentes épocas. Veremos que essa divisão em fases não se trata de supervalorizar ou menosprezar uma técnica específica, mas de abranger a importância substancial de cada técnica dentro de seu momento histórico e social.

A técnica do acaso é aquela em que o homem não tem consciência de sua capacidade de transformação, não tem ideia de seu poder de transformação sobre o meio para que as mudanças efetuadas que ele venha a exercer na natureza possibilitem seu efetivo bem-estar. Isso ocorre porque o homem ainda não concebe a técnica como capacidade de mudança e progresso e não se vê como inventor de sua técnica, mas a enxerga como fruto da casualidade da natureza, como esforço para sobreviver diante das adversidades naturais, ou como um ato mágico, como a produção do fogo, por exemplo.

Na fase da técnica do artesanato, os atos técnicos já aumentaram consideravelmente em relação à técnica do acaso, mas ainda se apoiam na natureza. É a fase caracterizada pelos mestres e aprendizes, na qual atos técnicos não eram inovados, mas se mantinha um padrão, uma tradição passada para outra geração.

Até a fase do artesanato, vemos que o homem limitou-se a criar instrumentos e instrumentos para produzir outros instrumentos, mas ainda não temos máquinas, porque, nesse momento, a técnica era compreendida como “utensílio ou ferramenta [que complementa] o homem” (GASSET, 1991, p. 63) e o homem era a peça fundamental do artesanato, sendo técnico e trabalhador ao mesmo tempo. Nessa fase, ocorre “um trabalho no qual se encontra expresso o conhecimento que o homem tem do mundo e da possibilidade de uma ação sobre ele” (NAPOLEONI, 1981, p. 93), conhecimento e técnica não estão separados.



Já a fase técnica do técnico consiste na técnica em que o homem passou a possuir plena consciência da capacidade para transformar a natureza e os objetos que o cercavam, em busca de seu bem-estar. Nessa fase, o homem

adquire a consciência suficientemente clara de que possui uma certa capacidade, completamente distinta das capacidades rígidas, imutáveis, que integram sua porção natural ou animal. Percebe que a técnica não é um acaso, como na fase primitiva, nem um certo tipo dado e limitado de homem – o artesão; percebe que a técnica não é essa nem aquela técnica determinada e, portanto, fixa, mas é precisamente um manancial de atividade, humanas, em princípio, ilimitadas. (GASSET: 1991, p. 64)

7

Assim, o homem assume a posição de um ser ilimitado que pode criar cada vez mais, atribuindo uma crença exacerbada à técnica e criando máquinas. Nesse processo, temos a separação das funções do técnico (aquele que é capaz de produzir) e do trabalhador (aquela que opera um instrumento ou uma máquina). Há a dissociação entre conhecimento e trabalho, nessa fase quem cria é o técnico e ele não participa do processo de operar o instrumento essa atividade fica agora sob responsabilidade do trabalhador, do operário. Acerca dessa separação entre conhecimento e trabalho, vemos que

[...] o trabalho e conhecimento são separados, não estão mais juntos; e, então, o trabalho se tornou uma mera ação mecânica e a ciência se colocou fora da subjetividade de quem trabalha; foi pensada em outro local e, no processo de trabalho, encontra-se presente não em quem trabalha, mas dentro de uma coisa, pois é isso que é a máquina; essa será a característica central do processo de produção enquanto ele for dominado pelo capital. (NAPOLEONI, 1981, p. 93)

Nessa nova concepção de técnica, percebemos a função da ciência “que se encontra incorporada na máquina; e [...] a atividade mecânica está em quem trabalha, que é reduzido a isso” (NAPOLEONI, 1981, p. 94), ou seja, a ciência é responsável pelo processo da nova concepção de técnica como máquina, a ciência pensando técnica dá origem a tecnologia, que coloca o homem como objeto desse instrumento, num papel secundário de todo o processo de produção de trabalho.

A partir desse traçado acerca das técnicas, percebermos que, com a evolução das técnicas, a sociedade, o homem e suas relações transformaram-se no sentido de o homem deixar de ocupar o centro no processo das relações, sendo que as tecnologias apropriaram-se desse



espaço e sucumbiram o homem à função de objeto, retirando dele sua subjetividade e sua posição central.

É evidente hoje a presença das tecnologias nas mais simples atividades do homem, seja em qualquer aspecto, para isso basta olharmos ao redor, observarmos crianças, jovens e adultos e seus relacionamentos com as tecnologias para percebermos que os recursos tecnológicos fazem parte da vida das pessoas e exercem sobre elas grande influência.

A representação das atuais tecnologias está no computador e em suas ferramentas (internet, softwares, etc.) e, diante desse recurso tecnológico, sabemos que

o computador define nossa era ao sugerir uma nova relação com a informação, com o trabalho, com o poder e com a própria natureza [...] o computador redefine os humanos como “processadores de informação” e a própria natureza como informação a ser processada. [...]. O computador é a máquina do tecnopólio – máquina incomparável e quase perfeita. Ela subordina as reivindicações de nossa natureza, nossa biologia, nossas emoções, nossa espiritualidade. O computador exige soberania sobre todo o âmbito da experiência humana, e sustenta essa exigência demonstrando que “pensa” melhor que nós. (POSTMAN, 1994, p. 117)

Os meios de comunicação, o computador, a internet e as redes sociais compõem sistemas de informações, são meios nos quais os sujeitos encontram informações e recebem influências que, em alguns momentos, sufocam com ditaduras de modo de viver, de se comportar, de ser com informações manipuladas, com incentivos ao consumismo e à manutenção do sistema excludente no qual a sociedade encontra-se.

O desenvolvimento das técnicas proporcionou vários avanços à sociedade, em áreas diversas, reformulando valores e significados e, diante disso, Postman (1994) não descarta a importância das técnicas para uma determinada cultura, mas critica a forma como hoje a técnica é concebida, uma vez que a tecnologia assume a posição central na sociedade, assumindo o homem uma posição secundária. Por isso, é preciso se ater ao uso feito dessas tecnologias, pois muitos valores culturais, como o sentido de educação, de acordo com Postman (2002), estão perdendo-se devido ao valor exacerbado que se atribui à técnica.

Esse é o quadro que encontramos hoje na sociedade: as tecnologias ocupam um espaço cada vez maior na vida do homem, no trabalho, na forma do homem em relacionar-se com o outro e com o meio. Vivemos a era de domínio das tecnologias sobre o homem e o meio, na qual o homem não é mais dissociado dessas técnicas, mas encarna o papel de complemento da máquina que altera seus valores, sua identidade e suas formas de organização. O grande embate



do valor agregado às tecnologias encerra-se na questão de que “a ideia do progresso humano foi substituída pela ideia de progresso técnico” (POSTMAN, 1994, p. 78), pois acreditamos que desenvolvimento vai além de uma questão tecnológica ou econômica, mas abrange os campos: social, político, cultural.

2.3 INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS

Existe hoje uma palavra que está em moda no espaço educacional, essa palavra é, sem nenhum questionamento, tecnologias. Desde as conversas nos intervalos das aulas, nas salas de aula, nas reuniões pedagógicas e até o tema de grandes eventos ligados à educação, todos abordam tecnologias como assunto, trazendo ora discursos românticos, ora discursos apocalípticos quanto a esses recursos em sala de aula.

As técnicas são características do homem e estão em constante mudança, pois o homem muda e assim suas necessidades mudam também. Os recursos tecnológicos que compõem o cenário da sociedade contemporânea fornecem um amplo acesso à informação, por meio das tecnologias disponíveis, que modificam não apenas a concepção de trabalho ou a rotina das pessoas, mas também a forma como o homem aprende, interage com o outro e com o meio e constrói seus valores.

Diante desse cenário, é evidente que as tecnologias vêm ocupando espaço cada vez maior, se não funcional, pelo menos físico, como elucida os dados a seguir sobre o uso de computadores e internet nas escolas públicas:

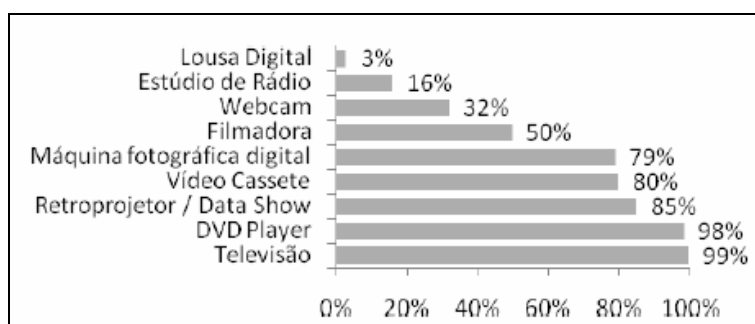


Figura 1: Gráfico correspondente aos recursos tecnológicos encontrados nas instituições escolares (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2010, p. 38)



Os dados elucidam que os recursos tecnológicos estão cada vez mais presentes nas escolas brasileiras, mas, nas realidades locais, esses recursos são mal aproveitados, mal empregados, tornam-se sucatas e, muitas vezes, ocupam o cerne da discussão da qualidade educativa. O problema da nossa pesquisa não gira ao redor da questão de se usar ou não usar os recursos tecnológicos, mas na “paisagem educacional [que] está inçada em idênticas alegações de milagre que hão de porvir da informática” (POSTMAN, 2002, p. 33).

É importante ressaltar que as tecnologias não consistem num problema para a educação, mas sim o espetáculo criado sobre os recursos tecnológicos, como propõem Debord (1997) e Adorno (1995), pois se promoveu um fascínio em torno das tecnologias que arrisca atribuir a elas a função de resgatar a qualidade do ensino, função esta que cabe ao professor e ao aluno, numa relação dinâmica de trocas e construções.

No município que consiste como objeto de estudo da pesquisa, os recursos tecnológicos são tomados como suplementos publicitários, pois a implantação de tais recursos no sistema escolar vem sendo estratégia de marketing político, uma vez que se usa a compra e a distribuição de tais recursos nas unidades escolares para se alcançar resultados políticos, veiculando o discurso de grandes investimentos em tablets, computadores ou lousa digital a uma educação de qualidade.

Dessa forma, verificamos que as tecnologias compõem o universo do espetáculo, uma vez que se monta um circo ao redor dos recursos tecnológicos, um circo no qual se deposita nos objetos a poção mágica para a qualidade educativa. Discursos são pronunciados para vincular as tecnologias ao progresso da humanidade ou à qualidade no ensino, apesar de observarmos que nunca a escola obteve tantos recursos e, ao mesmo tempo, tanta ausência de qualidade.

Por que devemos observar atentamente o uso de tecnologias? Deve haver precaução para que na escola não sejam invertidos os papéis, ou seja, para que o trabalho docente não seja condicionado às tecnologias, mas que as tecnologias sirvam de instrumento para o docente, senão cairemos no tecnicismo mais uma vez.

Numa visão espetacular das tecnologias, o sujeito assume um papel secundário, enquanto as tecnologias (o objeto) tornam-se o centro do processo de aprendizagem, por meio de uma relação em que se valoriza o objeto e oprime o sujeito. Assim, a escola vem perdendo suas características peculiares que cercam o ensino devido à valorização exacerbada aos recursos tecnológicos.



Quando refletimos sobre tecnologias na educação, precisamos sondar o espaço que tais recursos vêm ocupando, por isso, julgamos necessárias algumas considerações acerca da diferenciação entre a função de máquina ou ferramenta que a tecnologia pode assumir dependendo de seus fins, para tal elencamos algumas ideias de Napoleoni (1981) e Gasset (1991).

Napoleoni (1981) ao abordar as ideias de Marx quanto à maquinaria, elucida que com o processo de industrialização e com o capitalismo, a relação de trabalho alterou-se, pois o homem foi degradado a objeto, enquanto a máquina passou a ocupar o centro do processo. Temos aqui o chamado processo de reificação em que o homem torna-se o secundário e a máquina o principal, a máquina assume a posição primordial do processo de trabalho e o homem torna-se objeto dela, torna-se um apêndice da própria máquina,

torna-se órgão de uma coisa que se move fora dele, de um sistema automático, movido por um autômato, ou seja, por uma força motriz, que não é a força humana. (NAPOLEONI, 1981, p. 87)

Vemos que a forma de o trabalho ser concebido mudou, pois o trabalho não está mais concentrado na força humana, mas na relação que o homem estabelece com a máquina, que ocupa agora o centro do processo de produção. De acordo com Napoleoni (1981),

em todas as tecnologias nas quais o capital não intervieria como elemento determinante, a relação entre trabalho e o instrumento de trabalho se apresentava da seguinte forma: o instrumento de trabalho era o termo de mediação entre o trabalho e a natureza, ou seja, o trabalho agia sobre a natureza por meio do instrumento de trabalho. Temos, portanto, um termo inicial ou ativo, que é o trabalho; um termo final ou passivo, que é a natureza; e um termo intermediário, que é precisamente o instrumento. (NAPOLEONI, 1981, p. 88)

Antes do novo modo de produção regido pelo capitalismo a técnica produzida pelo homem é concebida como ferramenta, porém essa característica se perde, pois é a máquina, o objeto que centraliza todas as relações e assume o centro do processo de trabalho.

Quando que a técnica era ou é instrumento do e para o homem? Justamente quando essa técnica consiste num prolongamento do sujeito, de forma que ele possa utilizá-la para realizar o trabalho. Já a técnica como máquina ocorre quando a máquina “está no centro do processo técnico e não mais no seu ponto intermediário” (NAPOLEONI, 1981, p. 90), quando a máquina substitui e oprime o homem.



Assim, devemos nos ater ao espetáculo criado sobre os recursos tecnológicos, pois uma educação de qualidade abrange fatores muito maiores que a presença ou não de tecnologias na escola, como: relação entre professor e o aluno, posicionamento que estes assumem frente ao processo de ensino-aprendizagem, relacionamento e acompanhamento da direção escolar e da família, práticas didáticas reflexivas para auxiliar os alunos a transformarem as inúmeras informações disponíveis em conhecimento.

Acreditamos que o professor e o aluno assumem reciprocamente o papel principal no funcionamento da unidade escolar e não os recursos tecnológicos, pois o humano é a peça fundamental. O computador, o livro didático e a internet, por exemplo, trazem muitas informações, mas são nas trocas dadas no processo entre professor e aluno que o conhecimento efetiva-se e não nessas tecnologias.

Por isso, insistimos na ideia de que os recursos tecnológicos devam assumir a função de ferramenta e que a escola deve ser um espaço de superação da alienação, em que o senso crítico e a conscientização devem encontrar espaços para se desenvolverem diante de uma “educação para a experiência” (ADORNO, 1995, p. 36). A educação no sentido da emancipação é aquela que permite a vivência de situações dialógicas em que se priorize a reflexão, os conhecimentos sistematizados, a formação humana, e que refletirão mudanças significativas em relação à qualidade no ensino.

Mais uma indagação pode ser levantada: Os recursos tecnológicos (computador, tablet, projetor de mídia, etc.) na escola vêm desempenhando papel de máquina ou ferramenta? A resposta é simples: tudo depende do uso que se faz.

É importante que o professor utilize instrumentos para auxiliar os alunos no seu processo de construção do conhecimento, mas é válido destacar que as tecnologias não funcionam como uma fórmula mágica para a qualidade no ensino e que não é apenas com a inserção de recursos tecnológicos que o processo de aprendizagem efetiva-se. As tecnologias exercem um papel importante na escola de mediação na relação entre professor, aluno e o conhecimento, mas é necessário ficar atento ao uso adequado, afinal é certo que há toda uma complexidade que envolve as técnicas, por isso, o uso nas unidades escolares deve ser consciente e deve favorecer ações que levem à reflexão, à construção do conhecimento.

O homem não pode ser subordinado às técnicas, de acordo com Freire (2011), e aí também se encaixa o professor, as tecnologias devem servir de instrumento para o educador, de forma que as técnicas não sejam suas “senhoras”, pois, se assim for, o homem aliena-se e



compromete sua práxis, pois passa a não refletir sobre sua ação, mas passa a ter ações meramente mecânicas e não promove transformações.

Não basta instalar na escola um laboratório de informática ou distribuir uma quantidade x de tablets nas unidades escolares, é preciso, primeiramente, que haja uma valorização do profissional da educação e que se atente para questões primordiais quanto à prática pedagógica e à formação desse profissional que não precisa estar necessariamente atrelada a um recurso tecnológico, pois se o professor dispuser de competência pedagógica, não precisará ficar totalmente dependente de instrumentos tecnológicos, saberá usar meios diversos para atingir seu objetivo, como destaca Libâneo (1994).

Diante das discussões colocadas, é possível citarmos uma das situações didático-pedagógicas observada em uma das instituições escolares, que é objeto dessa pesquisa, em que as tecnologias disponíveis foram utilizadas como instrumentos da prática didática.

A ação didática consiste numa atividade de democratização da cultura, da leitura, do conhecimento. Diante de comentários dos alunos acerca de um filme que seria lançado “A menina que roubava livros”, baseado no livro de Markus Zusak, a professora de Língua Portuguesa encontrou um meio de trabalhar leitura, interpretação, escrita, valores e fatos históricos e sociais. A questão era: Como levar o livro aos alunos que pertencem a uma escola rural em que 90% dos alunos provêm de áreas rurais e não têm condições financeiras para dispor de um exemplar do livro que seria trabalhado? O caminho encontrado foi a disponibilidade do livro em PDF, de forma que foi possível colocar esse documento nos tablets, que são instrumentos disponíveis naquela unidade escolar, para que todos tivessem acesso à leitura, à produção literária, à cultura e a um fato histórico que envolve, envolveu a humanidade e deve ser objeto de reflexão.

Várias atividades foram feitas a partir da leitura e da socialização da obra literária e o interessante foi que, ao decorrer das leituras periódicas, os alunos não centravam mais sua atenção nos tablets, no aparato tecnológico em si, mas na leitura feita ora pela professora, ora por colegas, mostrando que os alunos daquela unidade escolar não veem os recursos tecnológicos sobre um fetichismo, como o elemento central para o aprendizado, mas atribuem a tais recursos o valor de instrumento, de meio para a realização das atividades.

Percebemos, dessa forma, que os tablets foram instrumentos importantes para que a leitura, a cultura fosse democratizada, pois partir do livro em PDF, os alunos puderam realizar as leituras, discutir a Segunda Guerra Mundial, preconceito e intolerância. Tais recursos



tecnológicos foram evidentemente importantes ferramentas durante as aulas de Língua Portuguesa.

Diante de tal atividade, um ponto crucial precisa ser abordado que é a importância da leitura na formação dos educandos. O livro em si, independente de estar impresso ou disponível em PDF, é uma tecnologia de suma relevância para a formação de sujeitos, para a construção de conhecimentos e valores e deve ser mais explorado dentro do ambiente escolar.

A escola possui papel fundamental na constituição do sujeito como cidadão e, diante do trabalho com linguagem, é evidente que é função da escola proporcionar meios para que os alunos encontrem significados nos diversos textos que circulam nas esferas sociais e ainda sejam capazes de produzirem seus próprios textos a fim de se expressarem perante a sociedade, executando sua função social, de forma a agir crítica e reflexivamente.

A leitura e a escrita são instrumentos fundamentais para que o sujeito possa ocupar lugar ativo na sociedade como cidadão, pois são esses instrumentos que permitem ao aluno desenvolver-se pessoalmente e engajar-se na vida social, política e econômica.

Ainda hoje ainda circula, nas escolas, um equívoco de que a função de formação de leitores e produtores textuais seja competência apenas da área de Língua Portuguesa, contudo, essa é uma responsabilidade de todas as áreas e das diferentes esferas de educação e comunicação para que o aluno possa assumir seu papel na sociedade.

É preciso elucidar que trabalhamos linguagem como processo de interação,

como um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e “falam” e “ouvem” desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares. (TRAVAGLIA: 2003, p. 45)

Dessa forma, percebemos que a linguagem vai além da exteriorização de um pensamento, ou da mera função de transmitir informações, mas a linguagem realiza ações, age e atua sobre o sujeito. Como, por exemplo, a diante da utilização de um livro para realizar atividades de leitura e escrita: o livro não é um simples objeto, mas um instrumento que opera sobre o sujeito e que pode influenciar suas ações; esse movimento ainda pode ser inverso: o leitor age e projeta sobre o texto, ou seja, interpreta e interage com o texto a partir de seus conhecimentos de mundo, de outros textos, de seus valores e posicionamentos, mas isso só



ocorre quando o sujeito encontra significado naquilo que lê e ainda atribui significado de forma reflexiva.

A leitura deve consistir num mundo de descobertas, uma experiência

entendida como uma expedição em que se pode escutar o “inaudito” e em que se pode ler o não-lido, isso é, um convite para romper com os sistemas de educação que dão o mundo já interpretado, já configurado de uma determinada maneira, já lido e, portanto, ilegível. (LARROSA, 1999, p. 10)

Nesse tipo de trabalho com leitura é preciso romper com os modelos estabelecidos, com os conteúdos programáticos determinados pelas Secretarias da Educação e é um desafio. Isso ocorre, pois são disponibilizadas propostas prontas, nas quais o livro didático serve como manual de instrução para as aulas diárias e ir além de qualquer texto ali colocado ou indicado significa para o professor ter uma nova experiência consigo mesmo e para o aluno corresponde a uma nova leitura de mundo e à iniciação nas experiências que desconstruem a imagem pré-estabelecida de mundo, permitindo que o aluno vá além das palavras e das personagens de um livro e construa sua identidade e seus valores como cidadão.

A leitura é uma atividade que está intimamente ligada à formação do sujeito, por permitir a ele transformar-se, transformar seus conhecimentos e transformar o mundo a partir de si mesmo.

Diante dessa perspectiva, o professor precisa ser aquele que

não oferece uma verdade para a qual bastaria apropriar-se, mas oferece uma tensão, uma vontade, um desejo. Por isso, ao professor [...] não lhe convém os seguidores dogmáticos e pouco ousados que buscam apoderar-se de alguma verdade sobre o mundo ou sobre si mesmos, de algum conteúdo, de algo que lhes é ensinado. O professor domina a arte de uma atividade que não dá nada. Por isso, não pretende amarrar os homens a si mesmos, mas procura elevá-los à sua altura, ou melhor, elevá-los mais alto do que a si mesmos, ao que existe em cada um deles que é mais alto que eles mesmos. O professor puxa e eleva, faz com que cada um se volte para si mesmo e vá além de si mesmo, que cada um chegue a ser aquilo que é. (LAROSSA, 1999, p. 11)

Assim, o professor será como um construtor, como foi observado durante as atividades com o livro de Zusak (2007), os alunos durante as atividades de leitura colocavam suas opiniões, buscavam informações sobre o evento histórico que envolve o livro, 2ª Guerra Mundial, exploravam as características das personagens, ouviam e respeitavam a opinião dos colegas e foram construindo conhecimento sistematizado e valores. A atividade de leitura



ocorria na pluralidade até atingir a unidade de cada aluno ali participante que encontrava e construía sentido e significado para cada página lida.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Educação seria alimentar-se de quê? Cuidar do quê? Conduzir para onde? Como modificar um estado? Essas perguntas fazem referência à ideia do desenvolvimento do educando de forma que a escola possibilite meios, subsídios para que os alunos possam desenvolver-se, modificando seu estado inicial em direção à transformação pessoal, social, política, como nos afirma Libâneo (2000). Vemos as práticas de experiência de leitura que possibilitem a reflexão como um caminho possível para responder a essas indagações.

Como a leitura pode contribuir para uma sociedade que ultrapasse os interesses econômicos e atenda ao social? Acreditamos que as escolas precisam investir em atividade que proporcionem a formação de leitores e produtores textuais. Não estamos falando aqui apenas de decodificadores de letras, sílabas ou textos, mas de sujeitos que atribuam significados ao que lê, sejam reflexivos sobre essas leituras e tracem paralelos com a realidade que os cerca ou com fatos históricos, sociais ou políticos observados sobre os quais eles possam agir. Esse é um caminho para que a leitura não se limite à elite, mas seja ferramenta social disponível e evidenciada por todos, para que assim os sujeitos constituam-se como cidadãos, tenham uma postura crítica e reflexiva frente à sociedade e desenvolvam voz política.

A situação de aprendizagem observada mostra como as tecnologias no espaço escolar podem constituir uma ferramenta relevante além do processo de leitura e escrita, atingindo a formação social do educando, por meio da experiência de leitura que evidencia que a educação é uma ferramenta de mediação de transformações sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.



BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > Acesso em maio de 2014.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil* – Texto consolidado até a Emenda Constitucional de nº. 64 de 4 de fevereiro de 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em maio de 2014.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. Relatório Final – *O uso dos computadores e da internet nas escolas públicas de capitais brasileiras*. Estudo realizado pelo IBOPE Inteligência e pelo LSI-Tec sob encomenda da Fundação Victor Civita. São Paulo: Fundação Carlos Civita, Estudos e pesquisas educacionais, fevereiro de 2010.

GENTILI, PABLO A. A. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. CAMPINAS: Autores Associados, 2002, p. 45 – 59.

IANNI, Octavio. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Org.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados: 2002, p. 27 – 34.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia profana – Danças, piruetas e mascaradas*. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo: Cortez, 2000.

NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

GASSET, José Ortega y. *Meditação sobre a técnica*. Tradução de José Francisco Pinto de Almeida Oliveira. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.

POSTMAN, Neil. *Tecnopólio – A rendição da cultura à tecnologia*. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Nobel, 1994.

_____. *O fim da educação – Redefinindo o valor da escola*. Tradução de José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia – Polêmicas do nosso tempo*. 32ª ed. Campinas: Autores Associados, 1999.



TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ZUSAK, Markus. *A menina que roubava livros*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Intrínseca, 2007.